


## **(Sobre)vivências de docentes lésbicas, gays e bissexuais no ensino superior privado de Belo Horizonte<sup>1</sup>**

Isabella Campos Freitas D`Ávila<sup>2</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-6794-460X>

Luiz Paulo Ribeiro<sup>3</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-4278-7871>

### **Resumo**

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar e discutir as estratégias que docentes lésbicas, gays e bissexuais utilizam dentro do espaço educacional para conviver com a cisheteronormatividade e se manter ou conquistar o reconhecimento de ser professor(a). A pesquisa se estruturou, por meio de entrevistas narrativas com professoras e professores do ensino superior privado de Belo Horizonte, cujas análises aconteceram em consonância com teorias de identidade. Com isso, foi possível perceber que, por vezes, docentes fazem uso da cisheteronormatividade –conscientemente ou não – para garantir o reconhecimento na profissão que ocupam e, assim, conseguir se manter, com menos impactos, dentro do sistema normativo

*Palavras-chave:* Docente; Ensino Superior; LGBTI+; Cisheteronormatividade

### **(Sur)expériences de professeurs lesbiennes, gays et bissexuels dans les universités privées de Belo Horizonte**

#### **RESUMÉ:**

Cette recherche vise à présenter et à discuter des stratégies que les enseignants lesbiennes, gays et bissexuels utilisent dans l'espace éducatif pour vivre avec la cishétéronormativité et maintenir ou obtenir une reconnaissance en tant qu'enseignant. La recherche a été structurée à travers des entretiens narratifs avec des enseignants de l'enseignement supérieur privé à Belo Horizonte, et la discussion basée sur l'analyse des récits en ligne avec les théories de l'identité. Avec cela, il a été possible de percevoir que, parfois, les enseignants utilisent la cisheteronormativité - consciemment ou non - pour garantir la reconnaissance dans la profession qu'ils occupent, et parviennent ainsi à rester dans le système normatif avec moins d'impact

*MOT-CLÉS:* Professeurs. Formation Universitaire. LGBTI. Cishétéronormativité

<sup>1</sup> Esse trabalho é oriundo de dissertação de mestrado

<sup>2</sup> Psicóloga, Mestre em Educação: Conhecimento e Inclusão Social pela UFMG. Professora do Centro Universitário UNA. Contato: [isabellacf.davila@gmail.com](mailto:isabellacf.davila@gmail.com)

<sup>3</sup> Psicólogo, Doutor em Educação: Conhecimento e Inclusão Social pela UFMG. Professor da Faculdade de Educação da UFMG. Contato: [luizpr@ufmg.br](mailto:luizpr@ufmg.br)

## Introdução

O Brasil ocupa o *ranking* de país que mais mata pessoas transexuais e travestis no mundo, tornando a expectativa de vida dessa população em torno dos 35 anos, enquanto da população cisgênero<sup>4</sup> é de 76 anos (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020; OLIVEIRA; MOTT, 2020). Esses dados representam as diferentes formas que a sociedade percebe as identidades de gênero e apontam para uma concepção de “normal” que autoriza o ataque a corpos LGBTI+<sup>5</sup>, que rompem com o que se espera socialmente: ser cisgênero e heterossexual.

Considerando esse cenário, a heterossexualidade compulsória opera de maneira intrínseca a todas as esferas sociais, funcionando de maneira normativa e, portanto, institucionalizada (RICH, 2012). Dessa forma, a heterossexualidade está estabelecida como um paradigma a ser seguido e aparece em todas as instituições sociais, estabelecendo uma aprendizagem cultural que resulta em um heterossexismo (JESUS, 2013). Ou seja, há uma hierarquização da heterossexualidade, em contraponto com a homossexualidade. Enquanto a primeira é o modelo a ser seguido; a segunda é algo a ser rechaçado. A discussão da heteronormatividade se iniciou para pensar como a heterossexualidade compulsória funciona como instituição política, reconhecendo seu efeito em toda sociedade (RICH, 2012). Além disso, o transfeminismo contribui com essa discussão para pensar além da sexualidade, mas também sobre as normas que afetam as identidades de gênero.

A partir do transfeminismo – perspectiva de estudo transcrito, que percebe as inter-relações dos diversos marcadores sociais, como raça, gênero e sexualidade (interseccionalidade), – evoca-se o conceito de cisgeneridade, como antagônico à transgeneridade, para pessoas que se identificam com o gênero atribuído no nascimento, a partir do aparelho reprodutor externo (o que é visível no parto), “no sentido de problematizar as hierarquias de autenticidade e inteligibilidade entre corpos e identidades de gênero, através de uma proposição conceitual” (VERGUEIRO, 2015, p. 47). Dessa maneira, é possível iniciar um

---

<sup>4</sup> Compreende-se como cisgênero, pessoas que se identificam com o gênero designado no nascimento a partir da visualização dos órgãos genitais (VERGUEIRO, 2015)

<sup>5</sup> A sigla LGBTI+ representa lésbicas, *gays*, bissexuais, transgêneros, travestis e intersexuais, sendo que LGB corresponde à orientação afetivo-sexual, e transgêneros e travestis à identidade de gênero. Enquanto pessoas intersexuais se referem a características biológicas que não se enquadram dentro do binarismo de gênero, macho/fêmea.

diálogo em busca de reconhecimento e de equiparação para identidades dissidentes, no caso, transgeneridade. Vergueiro (2015) aponta que o conceito de cisgeneridade tem, como um dos elementos principais, a consciência crítica de pessoas que brutalizam corpos trans, suas identidades e expressões de gênero. E assim, “grupos socialmente discriminados sofrem ações institucionais de exclusão, além de invisibilidade diante dos meios de comunicação e educação” (JESUS, 2013, p. 366).

Na escola, a cisheteronormatividade aparece como uma “pedagogia da sexualidade” (LOURO, 1997) que disciplina os corpos – de forma sutil, porém contínua – e fortalece a lógica dominante da heterossexualidade e cisgeneridade. Essa lógica funciona como um guia de normas sociais que diz que o que se espera e o que considera “normal”, ser uma pessoa cisgênero (identidade de gênero) e heterossexual (orientação sexual). Essas normas são transmitidas desde a infância no ambiente doméstico e reafirmadas no ambiente escolar (BENTO, 2011; SOUSA, 2018). Lógica que afeta não somente estudantes, mas também professoras e professores. Possivelmente em decorrência disso, docentes sentem insegurança de assumir suas identidades sexuais dentro do espaço escolar e, muitas vezes, precisam recorrer a uma camuflagem heterossexual (MARSHALL, 2018), a qual se configura como um recurso de sobrevivência e proteção e reflete a força cisheteronormativa na vida das pessoas LGBTI+.

Assumir uma camuflagem heterossexual, para evitar uma possível homofobia, pode ser entendida como uma política de identidade que determina e orienta – de forma sutil ou não – que é preciso ser heterossexual. Isso influi na prática docente de pessoas LGBTI+, ao considerar que ocupar tal profissão envolve diversas pré-suposições de um imaginário coletivo do que é ser uma professora ou um professor: como se comportar ou se apresentar. A construção dessa ideia de uma identidade que um determinado grupo deve assumir é chamada de “Outro generalizado”, conceito que postula a influência do social no comportamento de sujeitos. A comunidade determina condutas e normas e controla o pensamento e as ações no campo individual (MEAD, 2009).

Categorias como gênero, sexualidade, raça, são características, ao mesmo tempo, particulares e sociais, cuja construção, na sociedade capitalista e colonial, associa-se às

concepções naturalizadas de um outro generalizado que aparece na figura de um homem, branco, heterossexual, cisgênero (SAUNDERS, 2017). Pode-se entender ainda a existência de um outro generalizado que escapa a essa universalidade, mas que sofre a força das normas que estabelecem um fetichismo dessas performatividades e, com isso, gera uma espécie de identidade-mito (CIAMPA, 1987), um padrão que é sempre buscado.

A construção de uma identidade-mito e do outro generalizado afeta a identidade docente de ensino superior, também partindo da figura colonial: homem, branco, heterossexual, cisgênero, etc. Ao longo da história da profissão docente, foi-se construindo uma política de identidade, ou seja, determinações normativas que influenciam no reconhecimento das identidades pela sociedade (CIAMPA, 2002). Tardif (2014) pontua que o saber docente está relacionado a um saber social, ou seja, não se estrutura sozinho, mas intrinsecamente com o grupo de agentes envolvidos com a educação, professores, estudantes, instituição escolar, instituição governamental, etc. E a partir dessa trama, produz-se a lógica de reconhecimento da profissão docente. O que se supõe, socialmente, é que ser professor influencia nas identidades da pessoa que ocupa essa profissão.

A maneira como pessoas homossexuais, bissexuais e trans/travestis atuam na docência de ensino superior relaciona-se com a sua individualidade, vinculada com o social, com a complexa tarefa de ensinar, localizado em um espaço de trabalho e enraizado em uma instituição e em uma sociedade (TARDIF, 2014). A política de identidade docente atrela-se diretamente às normas sociais, e, portanto, sofre influências da cisheteronormatividade, entendendo essa como uma instituição política na sociedade ocidental atual.

Tendo em vista tais questões, vislumbrando que os padrões cisheteronormativos atravessam também os espaços educacionais do ensino superior, esta pesquisa teve como objetivo apresentar e discutir as estratégias que docentes homossexuais (*gays* e *lésbicas*) e bissexuais utilizam, cotidianamente, para lidar com a cisheteronormatividade e se manter ou conquistar o reconhecimento de ser professora ou professor.

Para pensar a temática, a pesquisa segue o caráter qualitativo, visto que busca refletir sobre os fenômenos sociais (FLICK; GIBBS, 2009). Assim, foi assumido o posicionamento de investigar os significados produzidos a partir das relações sociais, tomando como base uma

visão holística, indutiva e naturalista. Ou seja, o entendimento dos significados de um comportamento ou evento só é possível, se forem compreendidas as inter-relações ocorridas em um contexto específico (visão holística), sendo consideradas necessárias observações mais livres, possibilitando que as dimensões e as categorias de interesse emergjam ao longo da coleta e da análise dos dados (abordagem indutiva). E, para isso, cumpre assumir uma postura naturalística, em que a intervenção no contexto observado seja reduzida ao mínimo (ALVES, 1991).

Para alcançar o objetivo da pesquisa, foram feitas entrevistas narrativas, que são uma forma de entrevista não estruturada e de profundidade (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002). Esta escolha se deu pelo fato de que a identidade é um conteúdo interno que só é compreendido quando exteriorizado (LIMA, 2010). A entrevista narrativa nesta pesquisa tem como objetivo captar a trajetória de algumas pessoas LGBTI+ que atuam na docência no ensino superior, a fim de entender como ocorrem os seus ajustes em sua performance docente, diante da existência de uma cisheteronormatividade em toda sociedade, durante toda a vida dos sujeitos, e como a partir de suas vivências pessoais ou profissionais, suas identidades foram aparecendo e passaram a ser apresentadas e representadas em sala de aula.

Para a análise das entrevistas, seguiu-se o método utilizado nos trabalhos de Ciampa (1987) e Lima (2010) como referência. Os autores buscaram superar uma mera descrição de identidades e seguir o que se propõe para as pesquisas sobre identidade dentro da Psicologia Social Crítica (LIMA; CIAMPA 2017, p. 5):

[...] ir além de uma descrição de características identificatórias, não sendo suficiente compreender só a história de um indivíduo ou de um grupo, sendo necessário apreender a não identidade;

[...] analisar os processos de individuação-socialização e/ou alienação-emancipação, buscando compreender a sociedade e a política em que o indivíduo está inserido;

[...] identificar como ocorrem os modos de reconhecimentos dos indivíduos submetidos às (bio)políticas de identidades;

[...] procurar nas narrativas a expressão de fragmentos de resistência, de emancipação.

Em assim sendo, ciente da impossibilidade de captar uma identidade em sua totalidade, ou como algo dado, o movimento feito foi conseguir vislumbrar, por meio de recortes escolhidos pelos sujeitos, que, assim, apresentam suas identidades à sua maneira, levando em conta o contexto de uma entrevista narrativa, fornecida para uma pesquisa acadêmica (CIAMPA, 1987; LIMA, 2010; LIMA; CIAMPA, 2017).

Parte-se então, da compreensão e da limitação de quem escuta. É preciso assumir o lugar de “testemunha”, ou espectadora da narrativa, o que pode se apresentar de formas variadas, com sofrimento, mortificação, subversão, emancipação, etc., contudo ciente de que se inicia com um não saber sobre nada que virá e se apoiar apenas na noção de um contexto (social e histórico) no qual essa pessoa está inserida. É preciso adotar um compromisso de destituição de pré-conceitos e se disponibilizar de forma genuína (LIMA, 2014; LIMA; CIAMPA, 2017).

O desafio, ao lidar com a análise das narrativas, é se desfazer dos pressupostos inerentes à identidade da(o) pesquisadora(a), estruturados a partir de sua própria história de vida, em um mundo colonializado, machista, capitalista, racista e cisheteronormativo. Sabedor da inexistência de uma neutralidade total, tentou-se captar os fragmentos das formas que as pessoas entrevistadas lidam com a estrutura social e como apresentam isso em suas identidades, através de suas personagens e a sala de aula, ainda que haja a possibilidade constante de metamorfose(s). Com isso, esse artigo busca recuperar trechos das narrativas das pessoas entrevistadas para discutir sobre como lidam com a cisheteronormatividade em sua atuação profissional em um espaço educacional de ensino superior privado.

Esse trabalho utilizou cinco entrevistas narrativas, de pessoas cisgênero, não heterossexuais, que atuam no ensino superior privado de Belo Horizonte, e busca tecer suas narrativas dentro do que os assemelha: ser docente e não ser heterossexual.

Esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade (omitido para preservar autoria), estando registrada sob o número (omitido para preservar autoria). As e os participantes da pesquisa leram, deram ciência e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Como esta pesquisa foi realizada durante o período de restrições sociais, impostas pela pandemia de Covid-19. as entrevistas foram feitas

sob mediação tecnológica e foram seguidos todos os parâmetros de pesquisas determinados para os meios virtuais

### **Narrativas e Discussão**

Pode não ser convencional a maneira como esse tópico se estrutura, isso porque não há neste artigo uma separação entre discussão e “resultados”, visto que ele não busca resultados, mas tão somente produzir escuta como testemunha de vivências e experiências que podem ser compartilhadas pelas pessoas não heterossexuais que atuam na docência, e fornecer pistas para entender uma estrutura LGBTfóbica. Assim, apresenta trechos de entrevistas narrativas feitas com cinco docentes de instituições privadas de Belo Horizonte e dialoga com elas, trazendo reflexões teóricas, que possibilitem desencadear aqui problematizações.

Isso posto, as narrativas de algumas professoras e professores auxiliam a pensar e refletir sobre a cisheteronormatividade na atuação e na inserção docente no ensino privado, começando com um trecho de Henrique, que conta como, desde o ingresso (seleção) ao trabalho de professor, a heteronormatividade esteve presente e como ela tem afetado a sua forma de se apresentar.

*Eu lembro que, nessa primeira entrevista que eu fui fazer, eu fui indicado por essa amiga, eu lembro que eu coloquei uma roupa social, bem social, sapato social, e não porque eu queria me vestir daquela forma, mas porque eu achei que, estando daquela forma, a pessoa que estava entrevistando ia me achar mais homem. E, para mim, era muito certo isso, muito claro, ela não ia contratar se ela me visse como gay, e eu ainda tenho isso em alguns momentos, em alguns contextos. Então eu quis, conscientemente, claramente, eu quis passar uma imagem masculina e aí de entonação da voz, então na entrevista eu fazia questão de fazer uma entonação mais grossa, de postura de trejeitos, não fazer articulação, de manter uma postura mais retraída, que é o que eu disse que era o Henrique lá dos 25, porque para mim era muito claro que se ela visse que eu era gay, ela não ia me contratar. (Henrique, professor de Psicologia, homem cis gay)*

Há uma crença, atribuída a uma política de identidade de professor, acerca das características básicas necessárias, aceitas socialmente, para o reconhecimento desse papel, que Henrique acredita não incluir sua homossexualidade (CIAMPA, 1987; LIMA, 2010). Para ser

reconhecido como tal, assume uma personagem adequada às normas – cisheteronormativas – que ele considerava presentes naquele contexto, ou seja, uma estética de masculinidade que não lhe era própria. Uma política de identidade sobre ser professor, extremamente articulada com a cisheteronormatividade, tendo em conta que, para alcançar o reconhecimento do lugar que ocupa, é preciso ser heterossexual, ou demonstrar características vistas como tal (NASCIMENTO, 2010). Rigidez, postura, seriedade e roupas formais lhe garantiriam o trabalho e o reconhecimento da turma e da instituição, como professor.

O reconhecimento da pessoa dentro da profissão docente é construído atrelado às políticas de identidade, muitas vezes de forma sutil, mas que influenciam a maneira como docentes se apresentam e afetam a sua identidade. Ou seja, sua “identidade carrega as marcas de sua própria atividade, e uma boa parte da sua existência é caracterizada por sua atuação profissional” (TARDIF, 2014, p. 56). Qual seria a imagem de uma professora de ensino superior, ou de um professor de ensino superior? Não há características já colocadas, mas no imaginário possivelmente será conduzido a partir da norma social do sujeito universal: homem, branco, hétero, cisgênero, católico e de meia idade.

Zuleide também sente as determinações sociais, machistas e heteronormativas para o reconhecimento da possibilidade de sua pertença e atuação dentro do ensino do Direito:

*O gênero ainda nem tá num plano de igualdade, que a questão da orientação as vezes se ofusca, não que não tenha também a discriminação, tem, mas às vezes ela se mistura nesse contexto e que prepondera diretamente mais, a questão do gênero, porque não se performa, eu não tô lá de cabeça raspada, cheia de tatuagem e vou dar uma aula de Direito Penal com o meu coturno. E provavelmente se eu chegasse assim e entregasse o meu currículo, ele ia virar um aviãozinho de papel. Então como ainda não tem, não é, é menos. Sua orientação não incomoda, porque você faz o padrãozinho, então, deixa para lá (Zuleide, mulher cis, lésbica e professora de Direito).*

Neste relato, para ser reconhecida como advogada e professora, foi preciso seguir a norma social, uma política de identidade que não autoriza romper com uma feminilidade esperada e determinada e que não dialoga com a política de identidade lésbica. Essa, por sua vez, é comumente reconhecida a partir de expressões masculinas amplamente difundidas pela colonialidade, através da heteronormatividade (VANETI, 2021). Tanto Henrique quanto Zuleide

demonstram uma preocupação em tornar pública a homossexualidade, pois isso poderia afetar o seu reconhecimento ou sua permanência no trabalho. Tal ansiedade pode ser um fator preocupante para a saúde mental e contribuir com um possível adoecimento psíquico (GEOFFROY; CHAMBERLAND, 2015).

Ao não atuar dentro da cisheteronormatividade, há um receio da sexualidade ser descoberta dentro da atuação docente pela instituição e pela turma, o que poderia abalar o relacionamento com as(as) alunas(as) ou com colegas de profissão.

*E, às vezes, eu tenho essa sensação com turma nova também, parando para pensar no início de semestre eu estou dentro do armário, e na medida em que o semestre vai rolando e pensando que agora são as palavras... tô fazendo uma associação livre, inclusive... são as palavras que vêm à minha cabeça, pensando aqui agora, na medida em que eu vou me sentindo mais seguro, seguro em todos os sentidos de seguro, é como se eu fosse saindo do armário, a ponto de hoje sempre que tenho oportunidade, eu faço questão de virar para a turma e falar: 'Olha, inclusive o professor de vocês é gay' (Henrique, professor de Psicologia, homem cis gay).*

O reconhecimento de uma influência heteronormativa na sua prática docente, como uma política de identidade de uma docência estruturada de forma rígida, que exige que esconda sua homossexualidade, dá espaço para o reconhecimento de uma docência que coexiste com sua homossexualidade. E, diante da possibilidade iminente de discriminação e violência, tatear o terreno antes de “sair do armário” pode ser uma tática de sobrevivência.

*Eu estou fora do armário, mas nesses momentos, e em diversos momentos, eu ainda acho que, para ter uma certa autorização e legitimação, eu preciso voltar para dentro do armário, sei lá, reuniões na faculdade onde eu trabalho, reuniões com pessoas que eu não conheço, que não sei se são viados, reunião com pessoa desconhecida, com pessoas de cargos de liderança, é meio que um Henrique dentro do armário. É muito diferente, se eu faço uma reunião com pessoas com temática LGBTI+ e com pessoas que são LGBTI+s, é um Henrique, se faço reunião com pessoas que não são, que eu não sei, ou que são de um cargo de liderança, e aí tem ideia do risco colocado, é um outro Henrique, sou mais retraído, é um Henrique mais dentro do armário, e aí não aparece piada, não aparece comentários e não aparece a sexualidade. (Henrique, professor de Psicologia, homem cis gay).*

O que coloca um indivíduo “fora do armário” é o nível de segurança que ele sente para romper com a política de identidade que ele acredita que legitima uma identidade docente ou

profissional. Henrique, então, se coloca entre professor-rígido e professor-gay, a depender da segurança que sente e para quem fala. Algumas narrativas demonstram que, como há uma preocupação diferente, quando se trata de colegas de trabalho, há alguns sinais que desvelam um cuidado maior, como pontuado por Zuleide e Bernardo:

*Às vezes é espantoso você estar na sala dos professores. Você sai espantado porque ali é uma proliferação de preconceitos, principalmente no Direito, em que as pessoas acham que, né, que grande parte dos professores e professoras são brancos, ricos, de olho azul, igual eu. Mas que acham que tem essa superioridade moral, intelectual e o julgamento tá em qualquer momento (Zuleide, mulher cis, lésbica e professora de Direito).  
[...] apesar de não esconder, eu tenho a impressão de que entre os alunos em sala de aula, eu era muito mais aberto, muito mais transparente do que com os meus colegas na sala dos professores. (Bernardo, homem cis, gay, professor de Direito).*

Essas narrativas de Bernardo e Zuleide possibilitam levantar os seguintes questionamentos: a sala de aula é um espaço mais aberto? Isso se dá porque estudantes são menos preconceituosos que professores? Ou há uma autoridade profissional que permite que a homossexualidade se apresente?

O que se cogita é que, como os docentes percebem a sala de aula como um local de transformação social, eles podem expor ali sua identidade, e isso pode ser positivo para a educação. O fato de ambos os professores atuarem na área do Direito, permite questionar se há áreas formativas em que são mais heteronormativas que outras. Esse é um ponto levantado por Samantha, professora do curso de Relações Internacionais, que pontua que estar na área de humanas facilita expressar sua individualidade em sala, sem receios de furar com a expectativa cisheteronormativa de esconder sua homossexualidade. Nessa área há mais possibilidades de discutir a questão, desde que a(o) docente se sinta segura(o) profissionalmente:

*Então, o curso de R.I, ele reforça de uma forma positiva, você falar mais abertamente sobre isso. No início eu não falava, porque eu não senti, mais em função da própria da segurança enquanto docente. Mas aí tinha um monte de coisas, no início quando eu comecei a lecionar. Agora já com uma segurança, uma certa segurança na profissão, todas as outras seguranças elas vêm vieram à tona, assim então você não precisa se comprovar como docente para que*

*todo o resto seja legitimado, ou seja tratado como algo que te constitui, que é normal, que é normal no sentido de ser uma parte que te estrutura e é isso aí, uma coisa não é um problema na outra, não influencia negativamente.* (Samantha, mulher cis lésbica, professora de Relações Internacionais).

A fala da entrevista revela um receio de uma possível punição ou demissão por parte da instituição, caso falasse sobre a temática LGBTI+ e sobre si em sala de aula. Porém, esse receio foi sendo dissipado à medida que sua segurança foi aumentando.

*Nada em mim se separa, mas em cada espaço, eu tenho que agir de acordo com aquele espaço. Então por isso que eu sou, que eu me sinto privilegiada nesse aspecto em específico, a questão da orientação e profissão, eu dei sorte, eu acho que eu dei sorte.* (Samantha, mulher cis lésbica, professora de Relações Internacionais).

Saber qual parte de si irá apresentar em determinado espaço e contexto é saber ler as regras de reconhecimento que o ambiente tenta impor, de forma sutil. Ciampa (1987) aponta que não é possível a pessoa apresentar-se de forma total, mas apenas em partes. Ou seja, não é possível mostrar-se como um todo em nenhum espaço, mas dar a conhecer parcelas de personagens, de forma estritamente articulada com as políticas de identidade, colonialidade e interseccionalidade, considerando as exigências do contexto, que acompanham as regras sociais de reconhecimento daquele espaço. Em suma, há noções normativas de como deve se apresentar a personagem professora, assim como a mulher, a filha, a namorada etc.

Apesar disso, há de se transformar a sala de aula em uma comunidade pedagógica, em que docentes e estudantes possam, juntas(os), articular ensino técnico com as problemáticas da vida real, construir uma formação acadêmica implicada socialmente, de maneira crítica e que possa repensar as estruturas normativas (hooks, 2017)<sup>6</sup>. Enfim, a “[...] nossa capacidade de gerar entusiasmo é profundamente afetada pelo nosso interesse uns pelos outros, por ouvir a voz uns dos outros, por reconhecer a presença uns dos outros” (hooks, 2017, p.17).

Zuleide sinaliza que a área em que atua, do Direito, possui resistência com a temática LGBTI+, mais precisamente a instituição que fomenta o Direito. Por isso, ela não expõe sua

---

<sup>6</sup> bell hooks é o pseudônimo escolhido por Gloria Jean Watkins em homenagem à sua avó. O nome escolhido, segundo ela, deveria ser grafado sempre em minúscula para que se prestasse atenção a suas obras, a suas palavras e não à sua pessoa.

orientação sexual abertamente, embora sinta ser necessário abordar a questão com suas(seus) alunas(os):

*Então as conversas são mais direcionadas aos interessados, a quem tenho maior contato e não aos coordenadores, porque ainda se tem, e eu tenho, medo de retaliações e de toda uma homofobia velada e explícita. [...] Acho que a própria mentalidade deles, essa nova geração e o quão isso é importante, de representatividade para eles. E de, porque a gente tá numa academia, no sentido da gente ir começando a não ter medo, da representatividade e explicar para eles esses processos (Zuleide, mulher cis, lésbica, professora de Direito).*

A identidade do professor vai sendo construída à medida que ele vai percebendo o ambiente. As relações vão dando pistas do que funciona bem e o que não funciona. Tal qual no teatro, a atriz ou o ator desenvolve habilidades de atuação à proporção que atua. O papel determina a sua personagem (CIAMPA, 1987).

*E eu tenho feito um esforço também, tentando entender um pouco o perfil das alunas e dos alunos que eu tenho, de tentar trabalhar com autoras e autores que sejam mais acessíveis. E aí ela falou “eu te agradeço, porque para mim foi uma surpresa ver uma mulher lésbica ocupando esse lugar da docência, e me deu uma perspectiva de futuro, porque não era algo que passava pela minha cabeça a possibilidade de dar aula.” E eu achei muito interessante, pensando nas complexidades, e que eu nunca apresentei com uma mulher lésbica, em nenhuma disciplina. Eu falo eu sou casada com mulher, e isso tem a ver com direitos humanos. E aí acho que o sentido inclusive disso, vai se transformando para cada uma das pessoas que escuta. (Roberta, mulher cis, bissexual e professora de Psicologia).*

Apesar de não se apresentar como uma mulher bissexual e nem como mulher lésbica, o fato de romper com um tipo de relacionamento heteronormativo e de expor a sua relação amorosa para a sua turma possibilitou que sua aluna a visse como uma representatividade. A docência se torna um lugar de referência profissional, algo possível para quem vê sua humanidade negada pela lógica do reconhecimento perverso (LIMA, 2010). Diante de uma possível retaliação, reconhece-se também a importância de se colocar para além da heteronormatividade, de forma a abrir caminhos para novas expressões de sujeitos em

formação. A personagem-professor atua de formas distintas em sala de aula e na sala de professores. O público é outro, e as regras da plateia também se alteram.

*[...] Sempre tem algum aluno que tem uma resistência com você, e aí a minha tendência é entender que essa resistência, era, talvez a minha tendência era mais no começo, era entender que essa resistência é porque eu sou afeminado. Então o cara, geralmente aquele cara musculoso, fortão, que tem aquele estereótipo, ele tá fechando a cara pra mim por isso. Mas depois eu fui ficando mais sensível a outras variáveis, ao ambiente, porque quando você é professor no início da carreira, você fica muito nervoso. Você tá muito nervoso ali porque é como se um ator iniciante, você não tá no domínio completo da cena, do palco, você não domina as técnicas completamente da interpretação. Então você tá ali, naquela sensação de ‘nossa, eu vou errar o texto. Eu vou errar a fala na sequência, eu vou perder a minha deixa’. Como professor, ao invés de deixa, você fica ‘nossa, eu vou esquecer o conteúdo tal, eu vou passar um conceito errado, o aluno vai saber mais do que eu e levantar a mão e vai me corrigir’. Então você fica muito tenso e não consegue observar bem o ambiente. (Bernardo, homem cis, gay, professor de Direito).*

Ao pensar o papel de docente, pode-se evocar o que aborda hooks (2017): ensinar supõe uma personagem que pensa a invenção e considera a transformação da educação.

Ensinar é um ato teatral. E é esse aspecto do nosso trabalho que proporciona espaço para as mudanças, a invenção e as alterações espontâneas que podem atuar como catalisadoras para evidenciar os aspectos únicos de cada turma. Para abraçar o aspecto teatral do ensino, temos de interagir com a ‘plateia’, de pensar na questão da reciprocidade (hooks, 2017, p. 21).

Entretanto, esse aspecto pontuado por hooks (2017) diz respeito não ao poder que pode ter uma professora ou um professor – e de fato possuem –, mas, sim, à forma como se aproveita disso para transformar a sala de aula em um espaço crítico, aberto para construir uma relação genuína, para dialogar. Entretanto, uma posição mais contida deve ser assumida na sala de professores, não expondo suas relações pessoais e intimidade, diante de um receio de receber da “plateia” comentários preconceituosos.

Há, também, estratégias que vão sendo construídas, à medida que vão sendo entendidos o espaço, o cenário, as regras do papel que se ocupa. Uma das regras é utilizar o conteúdo que se ensina, para ir se colocando aos poucos e desfazendo, com apoio da ciência, a

cisheteronormatividade que ronda o espaço educacional. Isso é possível de se perceber nas narrativas que seguem:

*Então eu fiquei pensando aqui agora, que eu vou me apresentando aos poucos de acordo com o tema que a gente está discutindo. [...] eu me apresento como uma mulher, feminista, eu gosto de marcar eu sou casada com uma outra mulher, então isso também desempenha uma relação com os direitos humanos, que eu posso ser casada, inclusive, hoje, no nosso país. Em outro talvez eu não poderia, em outro momento talvez isso não fosse possível, isso não significa que a gente não está passível de sofrer alguma violência em determinados espaços, isso não significa que a gente tem as mesmas garantias que outros casais por exemplo (Roberta, mulher cis, bissexual e professora de Psicologia).*

E ainda assim, recebeu críticas da sua atuação, o que poderia afetar a maneira como se faz professora:

*Eu já, por 1 ano, eu tive o retorno de que eu estava tratando excessivamente questões que tinha a ver com gênero, na disciplina, fiquei me perguntando, se era pra mudar ou se precisava [...] (Roberta, mulher cis, bissexual, professora de Psicologia).*

A tarefa de dar aula e tocar em pontos que contrapõem as normas sociais e as características que a colonialidade estruturou dentro do capitalismo é desafiadora, visto que elas são as únicas a serem esperadas e pode haver pessoas que não estão dispostas a se abrirem para novos mundos e, de forma crítica, escutar, colocar-se e colocar suas perspectivas em dúvida, enfim “ir mais além de seus condicionantes” (FREIRE, 2020b, p. 27).

Zaki faz uso de suas temáticas de pesquisa, da sua produção científica, para dar a transparecer que ele é *gay*, sem precisar explicitar isso. Ele acredita que, ao saberem as temáticas de suas pesquisas, as pessoas irão captar sua identidade.

*[...] E, ao mesmo tempo, o meu tema de pesquisa ele, para mim, foi um pouco uma chave de libertação para esse processo, porque foi como se eu não precisasse dizer para as pessoas: “olha só, sou um cara gay” (Zaki, homem cis, gay, professor de Psicologia).*

Contudo, mesmo de forma sutil, não escapou de vivenciar situações discriminatórias dentro do espaço acadêmico.

*[...] a gente tinha feito um evento, ia ser a terceira edição desse evento em 3 anos seguidos, era sempre super bacana esse ciclo de debates [...] e aí, um grupo muito conservador da Igreja Católica, que é o “Opus Dei”, publicou num jornal lá no Vaticano, saiu isso em uma notícia em italiano, que depois foi traduzida para o mesmo jornal do mesmo grupo na Espanha, que depois foi traduzido para esse mesmo grupo em Portugal. E aí, quando foi traduzido para o português, a gente tomou conhecimento. Falava na manchete: “[universidade confessional] realiza eventos sobre ideologia de gênero” e era um texto super forte que, então, falava o nome de pessoas do grupo, atacava o reitor. [...] Então tinha eventos, a gente tinha um GT de gênero e sexualidade dentro de um evento [...]. Tudo funcionava muito bem até depois, eu acho que dessa cena, que foi muito forte, que a gente precisou tirar as atividades do grupo do ar, até porque, de fato, esses grupos de fora da universidade começaram a atacar a gente, violentar a gente. Teve um evento que tinha acontecido que eles foram com os megafones para fazer bagunça durante uma palestra, editaram os vídeos dos palestrantes para ficar dizendo que eles falaram coisas que não fizeram (Zaki, homem cis, gay, professor de Psicologia).*

Apesar disso, a teoria, usada em sala de aula, possibilitou transformações, que também transformaram a constituição de sujeito.

*Então algumas pessoas falam, né, que depois da articulação com o movimento feminista, depois de acesso aos próprios estudos de teorias feministas, de teorias queer, de teorias de gênero, né, eu fui me tornando ou me reconhecendo, ‘bi’ e hoje numa posição lésbica, amanhã eu não sei o que vai ser não. (Márcia, mulher cis, bi em posição lésbica e professora de Psicologia).*

Nesse caso, a teoria ocupou, no processo, um reconhecimento, um ser-para-si, rompendo com uma determinação heteronormativa e possibilitando se reconhecer como bissexual. Como muito bem lembram hooks (2017) e Freire (2020a), a teoria é uma possibilidade de cura e libertação. Não qualquer teoria, mas as que falam sobre as experiências de vida e que, através dela, representam formas de vida não convencionais, ou anamórficas, viabilizando assim, um outro tipo de reconhecimento. Aquele que liberta e constrói identidades políticas (LIMA, 2010). E isso também pôde ser visto neste outro trecho de sua narrativa:

*As teorias com as quais eu trabalho são teorias críticas e que vão tematizar essas experiências. E tematizar essas experiências LGBT a partir dessas construções do que significa essa vida, de como que ela é se encaixa na nessa dinâmica social nossa, que é excludente que é preconceituosa, que é machista, sexista, que é LGBTfóbica. Então essas são as teorias com as quais eu trabalho. E nesse sentido, a minha a minha docência ela também se aproxima da minha prática, enquanto pessoa, se aproxima de mim enquanto pessoa. E produz, lógico, um sentido e uma busca constante, me instiga a ler mais, a conhecer mais, a procurar mais (Márcia, mulher cis, bi em posição lésbica e professora de Psicologia).*

Faz-se então a construção de um saber docente, que articula identidade com o produto do trabalho. “pois trabalhar não é somente fazer alguma coisa, mas fazer alguma coisa de si mesmo, consigo mesmo” (TARDIF, 2014, p. 56). Um saber docente que reconhece a heteronormatividade, como algo estrutural na sociedade capitalista, colonial e, portanto, afetado por ela. A cisheteronormatividade, ao afetar a construção das personagens docentes, atua como uma política de identidade e, ao mesmo tempo, possibilita a construção das identidades políticas, que podem aparecer como anamorfozes.

As políticas de identidade funcionam como as pinturas com ponto fixo, colocando os indivíduos em seus (“devidos”) lugares sociais e estabelecendo os limites do tolerável nos modos de ocupação desses lugares. Projetos singulares e/ou particulares, idealizados fora dos parâmetros estabelecidos, são, a partir daí, considerados como verdadeiras aberrações, como alucinações, como anamorfozes (figuras em perspectiva deformada) das identidades socialmente idealizadas (ALMEIDA, 2005, p. 106).

Docentes que rompem com as políticas de identidade ficam diante da localização anamórfica de suas identidades. Considerando a anamorfose, como uma figura com perspectiva deformada, vinculando a sua compreensão com a ideia de política de identidade e colonialidade, torna-se necessário adotar uma postura decolonial das identidades, para conseguir perceber as anamorfozes de um ângulo diferente, reconhecendo identidades desconformes e, possibilitando, assim, uma apreensão, para criar, então, um caminho fértil para emancipação, para um devir humano (ALMEIDA, 2005; BUTLER, 2015; CIAMPA, 1987, 2002; LIMA, 2010).

### Considerações finais

Este estudo não se propõe concluir uma discussão a partir das narrativas, mas tenta reunir pontos que fornecem suporte para compreender as estratégias adotadas por pessoas LGBTI+ para viverem e sobreviverem nos espaços educacionais, para terem reconhecidas sua identidade docente (personagem professor(a) e sua atividade educativa).

As narrativas aqui apresentadas mostram que o espaço educacional do ensino superior, em específico, aqui, o da cidade de Belo Horizonte e as instituições privadas, tem se configurado como um território marcado pela heteronormatividade, expressa nas condutas, nas práticas educativas, na sala de aula e, de forma veemente, na sala de professores. Diante disso, professoras e professores LGB (Lésbicas, *gays* e bissexuais) sentem medo, sofrem e tentam encaixar suas identidades em protocolos normativos, enquadrando suas identidades em frestas do que é possível ser em si mesmo. E uma dessas frestas, talvez a principal delas, está na relação construída com os alunos e alunas, num processo contínuo de elaboração da segurança, de liberdade afetiva e de se mostrar professor-LGBTI+.

Neste processo elaborado institucionalmente, as políticas de identidade e as identidades políticas brincam – sorrateiramente – com os sujeitos que estão no espaço formativo. Por vezes, o medo de não ser contratado, de perder o emprego e tantos outros marcados pela compulsoriedade de ser heterossexual, incide no não se mostrar, não falar de si, não demonstrar uma vida possível, já que a política de identidade posta nas instituições de ensino superior privado é heteronormativa. Quais as consequências disso para alunos e professores? É possível refazer as políticas de identidade que permeiam a noção de quem deve ocupar a profissão docente? A atuação de identidades políticas, que promovem uma comunidade pedagógica, se direciona para uma mudança de estrutura que valorize a diversidade e as experiências individuais, retomando a docência como uma ocupação humana (hooks, 2017).

“Sair do armário” é dizer, através da própria identidade, que as normas não lhe cabem. Nada dizem sobre si. Entretanto, é também estar exposta(o) às constantes vigilâncias sociais que tentam, de toda forma, exigir o cumprimento das políticas de identidade, do outro generalizado para possibilitar o reconhecimento da humanidade. A tomada de consciência da metamorfose, ou das lógicas cisheteronormativas que tentam controlar as vidas e os corpos da

pessoa torna-se ponto de partida para desenvolver uma identidade ser-para-si. Diante da impossibilidade de se desvencilhar da cisheteronormatividade, considerando que o cumprimento de alguns comportamentos normativos são necessários para o reconhecimento do lugar de docente, cumpre descolonizar o pensamento.

Em sala de aula, alguns optam por não falar tanto sobre suas vidas, outros escolhem falar através da temática dada ou das suas produções acadêmico-científicas. Ou há ainda aqueles que deixam para o corpo falar, por meio de expressões de gênero e sexualidade. Em todo caso, não há um abandono integral das políticas de identidade, mas identidades políticas construídas em um ambiente educacional pautado na realidade, no cotidiano, pela transformação.

Com isso, um caminho é, por meio da escuta dos modos de viver e sobreviver docente, afetados diretamente pela estrutura capitalista, cisheteronormativa, machista, racista, agir de forma a atuar conjuntamente com as políticas de identidade estabelecidas pelas regras perversas de reconhecimento, para através delas, abrir espaço para construir identidades políticas que, conscientemente ou não, estremecem a estrutura que determina as lógicas de reconhecimento de ser docente. Ainda assim, embora os testemunhos não representem uma totalidade, deseja-se afastar de uma ideia de universal e, de forma decolonial, apontar para uma pluriversalidade.

A maneira como se atua nesse espaço, ainda que imbricada no desejo de transformar, de abrir espaço para uma educação como prática de liberdade, pode enfrentar dificultadores de um sistema normativo, colonial, fortalecido pelo capitalismo. Portanto, o desejo não basta, é preciso coragem e estratégias para ir provocando, construindo e decolonizando, de forma coletiva um ambiente libertador, que criticamente, considere a personagem professora, humana, e desfaça aos poucos as regras do reconhecimento que esse papel possui.

### Referências

ALMEIDA, J. A. M. de. *Sobre anamorfose: identidade e emancipação na velhice*. 2005. 259 f. Dissertação (Doutorado em Psicologia: Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

ALVES, A. J. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 1, n. 7, p. 53-61, 1991. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1042>. Acesso em: 25 jun. 2022.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (orgs.). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contrapessoas-trans-em-2019.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2022.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Revista Estudos Feministas*, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/DMNhmpzNbKWgH8zbgQhLQks/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 25 jun. 2022.

BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CIAMPA, A. C. *A estória do Severino e a história de Severina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CIAMPA, A. C. Políticas de identidade e identidades políticas. In: PASSOS, M. C.; DUNKER, C. I..L.. (org.). *Uma Psicologia que se interroga: ensaios*. São Paulo: Edicon, 2002.

FLICK, U.; GIBBS, G. *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 48. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020a.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 66. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020b.

GEOFFROY, M.; CHAMBERLAND, L. Discrimination des minorités sexuelles et de genre au travail: quelles implications pour la santé mentale? Mental health implications of workplace discrimination against sexual and gender minorities: a literature review. *Santé mentale au Québec*, v. 40, n. 3, p. 145-172, 2015.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução Marcelo Cipolla. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

JESUS, J. G. de. O conceito de heterocentrismo: um conjunto de crenças enviesadas e sua permanência. *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 8, n. 3, p. 363-373, dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/Zv5cMnfmKWS5k6xkLtBjYH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2022.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. Entrevista narrativa. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. (eds.). Tradução de Pedrinho A. Guareschi. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, p. 90-113, 2002.

LIMA, A. F. de. *Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica*. São Paulo: FAPESP, EDUC, 2010.

LIMA, A. F. de. História oral e narrativas de história de vida: a vida dos outros como material de pesquisa. In: LIMA, A. F. de; LARA JUNIOR, N. *Metodologias de pesquisa em psicologia social crítica*. Porto Alegre: Sulina, p. 13-34, 2014.

LIMA, A. F. de; CIAMPA, A. da C. Sem pedras o arco não existe: o lugar da narrativa no estudo crítico da identidade. *Psicologia & Sociedade*, v. 29, n. 10, p. 1–10, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/4M8LtMCB7WzPc7mx3NYcVnp/?lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2022.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARSHALL, M. C. Docentes abrindo las puertas del clóset: narrativas de resistencias y apropiaciones a la heteronormatividad en profesores homosexuales. *Revista Latinoamericana de Educación Inclusiva*, v. 12, n. 1, p. 57–78, 2018. Disponível em: [https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0718-73782018000100057&lng=es&nrm=iso](https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0718-73782018000100057&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 25 jun. 2022.

MEAD, G. H. *Escritos políticos y filosóficos*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

NASCIMENTO, M. A. N.. Homofobia e homofobia interiorizada: produções subjetivas de controle heteronormativo? *Revista de Pensamiento e Investigación Social*, v. 239, n. 3, p. 227-239, 2010.

OLIVEIRA, J. M. D. de; MOTT, L. D. de O. *Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: relatório do Grupo Gay da Bahia*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2020/04/relatc3b3rio-ggbmortes-violentas-de-lgbt-2019-1.doc>. Acesso em: 25 jun. 2022.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 4, n. 5, p.1-11, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em: 25 jun. 2022.

SAUNDERS, T. L. Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 7., p. 102-116, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/22275>. Acesso em: 25 jun. 2022.

SOUSA, V. P. de. Desconstruindo a cis-heterossexualidade: uma perspectiva decolonial. *Artefactum - Revista de estudos em Linguagens e Tecnologia*, v. 16, n. 1, 2018. Disponível em: <http://artefactum.rafrom.com.br/index.php/artefactum/article/view/1605/778>. Acesso em: 25 jun. 2022.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

VANETI, C. F. A mulher e a mulher da relação: como discursos hegemônicos constroem expressões do ser sapatão *In*: FERREIRA, E. M. F. (org.). *Entre sexo e gênero: compreensão e não explicação*. Ponta Grossa: Atena, 2021. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/58160>. Acesso em: 25 jun. 2022.

VERGUEIRO, V. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgenderidade como normatividade*. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19685/1/VERGUEIRO%20Viviane%20-%20Por%20inflexoes%20decoloniais%20de%20corpos%20e%20identidades%20de%20genero%20inconformes.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2022.

Recebido em março 2023.

Aprovado em maio 2023.